

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em cumprimento às determinações contidas no art. 54, combinado com os artigos 18 e 55 da LC nº 101, de 04/05/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, relativo ao 2º quadrimestre de 2022, que abrange o período de setembro de 2021 a agosto de 2022.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**SETEMBRO/2021 A AGOSTO/2022**

DESCRIÇÃO	DESPESAS EXECUTADAS (Cilindros 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R)
	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (D)</b>	18.997.247,38	18.946.676,80	18.820.302,77	31.483.140,45	18.058.909,55	18.993.364,30	22.284.739,54	21.891.550,97	21.796.689,28	30.508.776,01	21.658.892,09	21.492.922,73	264.933.211,77
Pessoal Ativo	13.851.273,60	13.809.916,44	13.672.411,47	23.647.959,72	13.907.384,34	14.149.085,26	16.389.324,10	16.580.572,26	15.733.387,03	22.327.558,09	16.035.875,42	16.035.875,42	196.223.639,07
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis (1)	11.099.807,55	11.059.508,42	10.932.972,94	18.179.471,26	11.159.683,74	11.395.184,96	13.194.783,35	13.321.525,39	12.640.751,76	19.203.861,97	12.943.792,17	12.865.041,31	157.996.384,82
Obrigações Patronais	2.751.766,05	2.750.408,02	2.739.438,53	4.688.488,46	2.747.700,60	2.753.900,30	3.194.740,75	3.259.046,87	3.092.632,27	3.123.696,12	3.174.599,17	3.170.834,11	38.227.254,25
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.970.645,86	4.961.462,95	4.972.497,22	7.477.515,98	4.151.525,21	4.697.370,97	5.723.729,84	5.131.411,20	5.821.236,74	6.797.890,35	4.547.575,95	4.528.078,60	66.220.809,79
Aposentadorias, Reservas e Reformas	4.194.737,13	4.185.554,22	4.197.043,02	6.313.988,48	4.151.525,21	4.165.163,64	4.659.119,65	4.350.934,95	4.529.198,59	5.336.399,76	3.170.834,11	3.170.834,11	66.220.809,79
Pensões	775.908,73	775.908,73	775.454,20	1.163.527,50	0,00	532.207,33	1.064.610,19	780.476,25	1.292.038,15	1.180.537,86	788.823,81	788.823,81	9.918.316,56
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	175.027,92	175.297,41	175.394,08	357.664,75	0,00	146.907,97	171.485,60	179.567,51	242.065,51	202.789,71	140.144,90	140.144,90	2.170.446,35
Despesa com Pessoal não Escudada Orçamentariamente	4.970.645,86	4.961.462,95	4.972.497,22	7.477.515,98	4.151.525,21	4.697.370,97	5.723.729,84	5.131.411,20	5.821.236,74	6.797.890,35	4.547.575,95	4.528.078,60	66.220.809,79
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ID) (§ 1º do art. 19 da LRF)	4.970.882,27	4.973.693,00	4.972.497,22	7.611.692,94	4.151.525,21	4.697.370,97	5.723.729,84	5.131.411,20	5.850.231,36	8.012.456,43	5.420.425,81	5.316.902,41	66.832.818,66
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.994,62	34.028,22	0,00	0,00	63.022,84
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apreciação	236,41	12.330,05	0,00	134.176,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.026,05	0,00	210.669,47
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apreciação	4.970.645,86	4.961.462,95	4.972.497,22	7.477.515,98	4.151.525,21	4.697.370,97	5.723.729,84	5.131.411,20	5.821.236,74	7.978.428,21	5.336.399,76	5.316.902,41	66.539.126,35
Inativos e Pensionistas com Restos Vinculados (3)	14.026.365,11	13.972.983,80	13.847.805,55	23.871.447,51	13.907.384,34	14.295.991,23	16.561.009,70	16.760.139,77	15.946.457,92	23.496.319,58	16.238.466,28	16.176.020,32	198.100.393,11
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - ID)	4.970.882,27	4.973.693,00	4.972.497,22	7.611.692,94	4.151.525,21	4.697.370,97	5.723.729,84	5.131.411,20	5.850.231,36	8.012.456,43	5.420.425,81	5.316.902,41	66.832.818,66
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.994,62	34.028,22	0,00	0,00	63.022,84
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apreciação	236,41	12.330,05	0,00	134.176,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.026,05	0,00	210.669,47
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apreciação	4.970.645,86	4.961.462,95	4.972.497,22	7.477.515,98	4.151.525,21	4.697.370,97	5.723.729,84	5.131.411,20	5.821.236,74	7.978.428,21	5.336.399,76	5.316.902,41	66.539.126,35
Inativos e Pensionistas com Restos Vinculados (3)	14.026.365,11	13.972.983,80	13.847.805,55	23.871.447,51	13.907.384,34	14.295.991,23	16.561.009,70	16.760.139,77	15.946.457,92	23.496.319,58	16.238.466,28	16.176.020,32	198.100.393,11
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>													<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
RECHITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													29.028.414.599,04
(1) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)													2.129.986,00
(2) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 1º da CF) (VI)													92.731.718,00
RECHITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)													28.933.552.895,04
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)													198.100.393,11
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													306.695.660,69
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													291.160.877,66
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)													276.026.094,62
NOTA: Sistema de Gestão Governamental por Resultado - SGCGR / Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará (SIAFEX) / Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará													0,68
NOTA 2: Dedição referente aos processos: 29818/2021-3 (RS 98.442.73), 29800/2021-4 (RS 12.230.103), 22516/2021-4 (RS 236.41), 21463/2022-8 (RS 84.026,05).													1,06
NOTA 3: Dedição referente aos processos: 29818/2021-3 (RS 98.442.73), 29800/2021-4 (RS 12.230.103), 22516/2021-4 (RS 236.41), 21463/2022-8 (RS 84.026,05).													0,95
NOTA 4: Dedição referente às despesas pagas com recursos da Fonte 270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS, em consonância com a Lei Complementar nº 237/2020, Resolução CEPPS nº 01/2021 e Decreto nº 33.925/2021.													

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ,**  
**FORTALEZA (CE), 26 de setembro de 2022.**

José Valdomiro Távora de Castro Júnior  
**Presidente**

Marcos Murilo Timbó Batista  
**Diretoria de Contabilidade e Finanças**

Francisco-Davi Barros Rocha  
**Gerência de Execução Orçamentária e Contábil**

Felipe Jorge Ferreira Koury  
**Controlador**